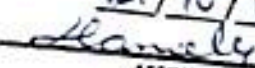
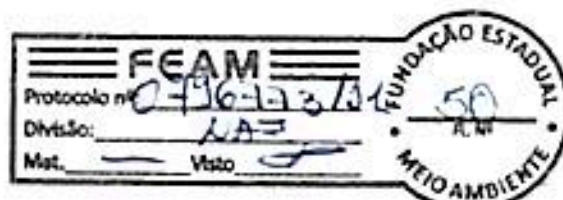


FEAM
RECEBEMOS
21/10/11

ASSINATURA

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2011



Exmo. Sr. Presidente
Câmara Normativa e Recursal
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -
SEMAD

FEAM/NAI

Ref.: Recurso Administrativo – Auto de Infração nº F – 00911/2007
PA COPAM nº 00103/1981/057/2008

Senhor Presidente,

1. Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, teve ciência, em 21.09.2011, da decisão que indeferiu a defesa administrativa apresentada, mantendo a aplicação de multa no valor de R\$20.001,00, adequada nos termos do art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.
2. A mencionada penalidade decorreu da lavratura do Auto de Infração nº 911/2007, fundamentado no art. 86, inciso VI do então vigente Decreto nº 44.309, de 05.06.2006, imputando à autuada, pois, a infração de natureza grave caracterizada por *"emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental e de recursos hídricos"*.
3. No entanto, não conformada com a manutenção da penalidade, vem a autuada apresentar, nos termos do art. 43, §2º do Decreto nº 44.844, de 25.06.2008, RECURSO ADMINISTRATIVO, pelos argumentos a seguir expostos:
4. De início, importa atentar ao fato de o tipo infracional no qual foi enquadrada a empresa não mais subsiste, tendo sido excluído da redação final do Decreto nº

44.844/2008, hoje vigente, não existindo realmente qualquer lógica em penalizar um empreendimento pela mera ultrapassagem de padrões normativos, sem a constatação efetiva de danos ao meio ambiente em decorrência da falha.

5. Afinal, a legislação ambiental brasileira, ao estabelecer e vincular *padrões de emissão e de qualidade*, incorpora de maneira inquestionável o denominado **princípio do limite de tolerabilidade** como índice objetivo de configuração da certeza e da existência do dano, implicando o reconhecimento de que nem toda interferência no meio ambiente causa um prejuízo ou lesão efetiva aos recursos ambientais.¹

6. Na verdade, como anota ÁLVARO LUIZ VALERY MIRRA,

"...o limite a partir do qual se caracteriza o dano ao meio ambiente deve ser estabelecido com base na capacidade real e concreta de absorção do bem ambiental, meio ou ecossistema específico em questão, capacidade essa traduzida por mecanismos naturais conhecidos, como, por exemplo, a autodepuração da água e a biodegradabilidade dos resíduos de uma forma geral."²

7. Na mesma vertente, o ensinamento de JOSÉ RUBENS MORATO LEITE:

"Há, assim, que se avaliar quando se faz surgir a quebra de equilíbrio da qualidade ambiental, quer na capacidade alinente ao ecossistema, quer na sua capacidade de aproveitamento ao homem e a sua qualidade de vida, isto é, o exame da gravidade do dano ambiental é elemento necessário para a reparação. Portanto, no exame de caso por caso, o alicerçado em perícias, quando necessário, é que se deve apreciar o limite da tolerabilidade aceitável, para que, na ocorrência da intolerabilidade, venha surgir a imputação do agente que praticou a lesão."³

8. Em outras palavras, mesmo que um determinado lançamento ou emissão de substância potencialmente poluidora desborde dos parâmetros limitantes contemplados na normativa regulamentar pertinente, a configuração do evento como lesivo aos ecossistemas e aos diversos elementos bióticos e abióticos a eles inerentes dependerá sempre, **em cada circunstância concreta**, da **capacidade de suporte, absorção ou amortecimento** do meio em relação ao impacto especificamente gerado.

¹ MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002, p. 100.

² MIRRA, op. cit., p. 104.

³ LEITE, José Rubens Morato. *Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 108.

9. E, quando da edição do novo Decreto, tal raciocínio foi definitivamente adotado, deixando-se de considerar irregular o mero desbordo de um padrão de lançamentos— circunstância que poderia ocorrer por diversos fatores, inclusive casos fortuitos cujo controle escapa ao ser humano — e aplicando eventuais penalidades apenas quando efetiva poluição ou degradação ambiental for constatada em decorrência deste fato.
10. Neste sentido, hoje a lei penal traz consagrada a “*abolitio criminis*”, excluindo a punibilidade pela retroatividade de uma lei que não mais considera determinado fato como criminoso — em um corolário do princípio da retroatividade da lei mais benéfica — importando ressaltar que o instituto pode ocorrer a qualquer momento antes ou mesmo depois da condenação.
11. Pela mesma lógica, não se pode punir um agente por conduta que não mais é considerada, por si só, infração administrativa, sob pena de incorrer-se em um sistema injusto e arbitrário, o qual, tão somente em decorrência da época em que as condutas ocorreram, penalizará determinado indivíduo e deixará de fazê-lo quanto ao outro.
12. Perceba-se que a jurisprudência é pacífica no sentido de aplicar o princípio da retroatividade da lei mais benéfica em sede administrativa:

“AÇÃO DECLARATÓRIA, MULTA POR EXCESSO DE VELOCIDADE, INFRAÇÃO ANTES CLASSIFICADA COMO GRAVÍSSIMA, PASSANDO À CATEGORIA MÉDIA COM O ADVENTO DA LEI Nº 11.334/06. DEPÓSITO REALIZADO PELO AUTOR COM BASE NA NOVA CLASSIFICAÇÃO. POSSIBILIDADE. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA. APLICAÇÃO ANALÓGICA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. PRECEDENTES DESTA CORTE. SENTENÇA QUE DECLARAVA CORRETO O DEPÓSITO. CONFIRMAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. O apelado cometeu a infração de excesso de velocidade superior a 20%, classificada como gravíssima, prevista no art. 218, I, alínea “b”, do Código de Trânsito, porém, quando foi emitida a notificação de autuação ainda não estava em vigor a Lei nº 11.334/06, publicada no Diário Oficial de 26/07/2008, na qual tal punição foi modificada, passando a prever a classificação da mesma como média. **Possibilidade de aplicação analógica de um dos princípios que orientam o direito penal, em especial o que prevê que a lei não retroagirá para prejudicar, salvo se para beneficiar o réu, conforme disposto no art. 5º, inciso XL da Constituição Federal.**” (destacamos) (TJRJ, Apelação Cível nº 0072039, 19ª Câmara Cível, Des. Rel.: Guaraci de Campos Vianna. Publ.: 12 de Abril de 2011.)

13. Também o Tribunal de Justiça de Minas Gerais pronunciou-se neste sentido:

**ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. EXCESSO DE VELOCIDADE. SUPERVENIÊNCIA DE LEI MAIS BENÉFICA (Nº 11.334/2006). APLICABILIDADE À INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. SENTENÇA REFORMADA. - A norma constitucional prevista no art. 5º, XL, CF, ao garantir que a norma penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, alcança a infração administrativa prevista no Código de Trânsito em razão de seu caráter sancionador, especialmente quando ainda pendente de consumação o procedimento administrativo instaurado pela autoridade de trânsito." (TJMG, Número do processo: 1.0024.07.581890-6/001, Des. Rel.: Alberto Vilas Boas. Publ.: 07/08/2009)*

14. Logo, outra alternativa não resta que não a de cancelar-se o auto de infração em epígrafe e arquivar-se o processo administrativo correspondente, pela extinção da punibilidade no tocante à conduta descrita no tipo infracional previsto no art. 86, inciso VI do antigo Decreto nº 44.309/2006.
15. Noutra linha, na absurda hipótese de não ser acatado o argumento acima, apenas em atenção ao princípio da eventualidade, faz-se necessário verificar a absoluta ausência de fundamentos para a homologação do AI nº 911/2007, uma vez que a decisão que indeferiu a defesa, datada de 01.12.2010, tomou como base o parecer jurídico da FEAM, o qual se encontra às fls. 42 e 43 dos autos do processo administrativo ora analisado e, perceba-se, não contém qualquer sorte de análise dos sólidos argumentos apresentados na defesa.
16. Com efeito, o referido parecer possui apenas dois itens; o primeiro, denominado "relatório", descreve sucintamente a infração e dois dos pontos levantados pela empresa, bem como constata que o valor da multa deverá ser adequado em função da superveniência de norma mais benéfica; o segundo, chamado "conclusão", sugere a manutenção da multa, sem qualquer explicação acerca dos motivos que ensejaram tal *decisum*.
17. Ora, não se pode perder de vista que, dentre os princípios que norteiam os atos da Administração Pública, encontra-se o da motivação — expressamente previsto no art. 2º das Leis nº 9.784, de 29.01.1999 e 14.184, de 30.01.2002, que regulamentam o processo administrativo em âmbito federal e no estado de Minas Gerais, respectivamente — indispensável à garantia do devido processo legal e imprescindível para tornar válido o ato administrativo.
18. A este respeito pronuncia-se Diógenes Gasparini:

**Os atos administrativos precisam ser motivados. Devem ser mencionadas para a prática de qualquer ato administrativo as*



21. Não há, realmente, como se negar que a empresa faz jus aos benefícios de redução de multa ali presentes, uma vez que elaborou, à época da lavratura do Auto, Plano de Ação (já constante nos autos do processo) apto a sanar os problemas constatados nas bacias de decantação e clarificação da empresa, objetivando reduzir a quantidade de sólidos carregados para aqueles pontos, aumentar o tempo de residência, melhorar a sedimentação das partículas em suspensão e ainda dar melhor operacionalidade ao sistema, tudo com o intuito específico de garantir a cessação das irregularidades constatadas pela fiscalização, colaborando-se, destarte, com os órgãos integrantes do SISEMA para mitigação dos impactos ambientais constatados.
22. Em sequência, o referido projeto foi implementado, construindo-se uma nova baía (denominada Baía Nova) e introduzindo-se um sistema de recirculação do efluente da filtragem, sendo que hoje todo este efluente é bombeado para a barragem 6 ou reutilizado no repeneiramento. Intensificou-se, ainda, a periodicidade de limpeza das baias, tendo sido para este fim contratada empresa especializada (RSE), com equipamentos mais eficazes e em maior número, aumentando-se, com isso, o tempo de residência e possibilitando a maior decantação do material sólido para lá vertido.
23. Ademais, realizou-se a mudança operacional no processo de transporte de granulado da área 28 para a área 32, bem como a instalação do espessador que é alimentado com o *under size* das peneiras desaguadoras do repeneiramento, também com a finalidade exclusiva de reduzir a geração de sólidos, de um lado, e estender o período de residência, por outro. Finalmente, alterou-se a faixa de controle do pH do efluente da filtragem, aumentando-se a dosagem de CO₂ e realizando melhorias no sistema, com instalação de válvula de dosagem automática e troca de agulhas dosadoras, tudo de modo a contribuir para o processo de sedimentação das partículas em suspensão.
24. E é bem de ver que hoje não subsistem as falhas detectadas em 2007, tendo sido as medidas adotadas pela recorrente efetivas na correção de quaisquer impactos porventura causados por sua atividade, bem como aptas a demonstrar a total colaboração com os órgãos ambientais em todos os momentos, enquadrando-se a empresa, portanto, nas hipóteses previstas nas alíneas 'a' e 'e' do art. 69, inciso I, do Decreto nº 44.309/2006.

25. Por tudo isso, crê a autuada fazer jus à aplicação das circunstâncias atenuantes alhures mencionadas, as quais deverão incidir de forma cumulativa, reduzindo-se o valor da sanção até o limite de 50% do valor mínimo previsto para a faixa correspondente, consoante dispõe o art. 70 do Decreto nº 44.309/2006, correspondente ao art. 69 do Decreto nº 44.844/2008.
26. Pelo exposto, requer a recorrente:
- a) Seja cancelado o AI nº 911/2007 e arquivado o processo administrativo correspondente, tendo em vista a superveniência de norma mais benéfica que extingue a punibilidade pela conduta descrita no art. 86, inciso VI do Decreto nº 44.309/2006;
 - b) Caso assim não se entenda, seja anulada a decisão ora combatida, pela ausência de fundamentos jurídicos;
 - c) Sejam acatados os argumentos de defesa, fazendo incidir sobre a multa aplicada as atenuantes previstas nas alíneas 'a' e 'e' do inciso I art. 69 do Decreto nº 44.309/2006 (correspondente ao art. 68 do Decreto nº 44.844/2008).

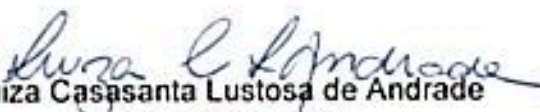
Nestes termos,
pede deferimento.



Ricardo Carneiro
OAB/MG 62.391



Andrea Viggiano Gonçalves
OAB/MG 45.943



Luiza Casasanta Lustosa de Andrade
OAB/MG 116.320

Recurso AI 0911-2007 CSNAARLCL16